



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
Av. Ceará, 2994, - Bairro Sétimo BEC, Rio Branco/AC, CEP 69918-111
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - https://tceac.tc.br

EDITAL Nº 09/2026

Processo nº 999999.005887/2025-71

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

Torna-se público que o Tribunal de Contas do Estado do Acre, por meio da Secretaria de Administração e Finanças – SEAF, sediado na Av. Ceará, 2994, 7ºBEC - CEP 69.918-111, na cidade de Rio Branco – Acre realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

SEÇÃO I – DO OBJETO

1. Contratação de empresa especializada em implantação de programa de privacidade e proteção de dados com solução tecnológica de gestão inclusa, para atender ao Programa de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Contas do Estado do Acre, tudo em conformidade com as condições deste Edital e seus Anexos .

1.1 Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – CATSER e as especificações constantes do Anexo I deste edital prevalecerão as últimas.

1.2 Dados do Processo, data e horário de abertura e local de retirada do edital.

PROCESSO ADMINISTRATIVO	999999.005887/2025-71
ÓRGÃO CONTRATANTE	Tribunal de Contas do Estado do Acre –TCE/AC
UASG	925461
MODALIDADE	PREGÃO
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA DE TRABALHO: 01.032.1473.1361 – Modernização e Fortalecimento do Controle Externo e Social ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 33.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica FONTE: 1.500.0100 - Recursos Próprios do Tesouro
SRP	() SIM (X) NÃO
TIPO	(X) MENOR PREÇO POR LOTE () MENOR PREÇO POR ITEM () MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO
MODO DE DISPUTA:	ABERTO

VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	(X) SIM () NÃO
VALOR ORÇADO:	(X) VALOR ESTIMADO () VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL () VALOR DE REFERÊNCIA
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASNET)
DATA DA ABERTURA:	03/07/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09h30min
PERÍODO DE RETIRADA DO EDITAL:	19/06/2026 a 03/07/2026
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	www.gov.br/compras/pt-br/
PREGOEIRO	Clarissa Leite Guimarães Macêdo
PORTARIA DE NOMEAÇÃO	Portaria TCEAC nº 511/2025
CONTATO:	(68) 3025 2071
E-MAIL:	cpl@tceac.tc.br
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local previamente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário.	

Na ausência do pregoeiro e/ou equipe de apoio previamente designados, poderão atuar outros servidores oficialmente designados pelo Tribunal de Contas do Estado do Acre.

1.3. Constituem Anexos do presente edital:

Anexo I: Termo de Referência;

Anexo II: Modelo de Proposta;

Anexo III: Minuta de Contrato;

Anexo IV: Declaração de Disponibilidade dos Recursos Necessários para Execução do Objeto.

SEÇÃO II – DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O presente certame será realizado pelo método tradicional e, portanto, não haverá elaboração de Ata de Registro de Preços ao final do processo.

SEÇÃO III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. **Não há lote destinado à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. **Não poderão disputar esta licitação:**

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6.11. Consórcio, conforme justificado no item 2.12. do Termo de Referência, anexo deste Edital.
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no

instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

SEÇÃO V – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca e Modelo (se for o caso);

5.1.3. Fabricante (se for o caso);

5.1.4. Quantidade cotada;

- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a sua responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

SEÇÃO VI – DA SESSÃO PÚBLICA, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.10. O modo de disputa será o “ABERTO”:
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance

registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.17.2.2. empresas brasileiras;

6.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.18.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo

licitante, antes de findo o prazo.

6.19. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

SEÇÃO VII – DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1 e 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

SEÇÃO VIII – DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos de habilitação elencados abaixo serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente da Contratação/Pregoeiro.

8.1.1. Para fins do disposto neste edital, entende-se como documento digital aquele nato-digital ou digitalizado, este último em formato PDF, sendo vedada a apresentação de arquivos em imagem.

8.1.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.1.2.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.1.3. O Agente da Contratação/Pregoeiro poderá solicitar a qualquer momento, em caráter de diligência, que os documentos de habilitação remetidos sejam apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o Agente da Contratação/Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas na Seção III deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

8.3. Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Agente da Contratação/Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão apreciados nos termos do presente edital e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

8.5. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade.

8.6. Na hipótese da proposta arrematante não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias ou se recusar a assinar o contrato, o Agente da Contratação/Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital.

8.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA

I. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa individual;

II. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E SUA CONSOLIDAÇÃO ou alterações em vigor;

III. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

IV. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades civis, acompanhada de documento de eleição da diretoria em exercício;

V. CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – CCMEI, em se tratando de Microempendedor Individual.

8.8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III. Prova de Regularidade referente aos **Tributos Federais**;

IV. Prova de Regularidade com a **Fazenda Pública do Estado** onde for sediada a empresa;

V. Prova de Regularidade com a **Fazenda Pública do Município** onde for sediada a empresa;

VI. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**;

VII. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**.

8.8.1. O Agente da Contratação/Pregoeiro e a equipe de apoio durante a análise dos documentos de habilitação procederão à validação das certidões negativas/positivas apresentadas nos sites dos órgãos oficiais (RECEITA FEDERAL, PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PREVIDÊNCIA

SOCIAL, SECRETARIAS DA FAZENDA E TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO).

8.8.2. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

8.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.9.1. Para fins de qualificação técnica, deverá ser apresentado no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica comprovando que o licitante executou contratação compatível com as características indicadas no Termo de Referência, **COM ATENÇÃO ESPECIAL AO DISPOSTO NO ITEM 5.1.2 e 5.1.3 do mencionado documento** ;

8.9.1.1. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s), preferencialmente, em papel timbrado da empresa, órgão ou entidade da Administração Pública, assinado por seu representante, com descrição dos itens contratados;

8.9.1.2 - O Agente da Contratação/Pregoeiro poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pelo Agente de Contratação/ Pregoeiro, além de incorrer nas sanções previstas na legislação.

8.9.2. **O licitante deve observar, adicionalmente, as exigências de qualificação técnica contidas no item 5.2 do Termo de Referência, anexo I deste edital.**

8.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.10.1. CÓPIAS DAS FOLHAS DO LIVRO DIÁRIO relativo aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrado no Órgão Competente e apresentado na forma da Lei, onde se encontram transcritos:

- a) Termo de Abertura;
- b) Termo de Encerramento;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração de Resultado do Exercício;

8.10.2. A boa situação financeira da licitante será verificada pela Administração com base nos documentos apresentados no item anterior, nos seguintes moldes:

I. O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

II. O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

III. O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

8.10.2.1 - Será habilitada a empresa que apresentar:

- I. Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;
- II. Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;
- III. Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0.

8.10.2.2 - As empresas que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices estabelecidos no item acima, deverão comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido, no mínimo de 10% (dez por cento) da soma dos valores

ESTIMADOS dos itens/lotos arrematados.

8.10.2.2.1 - Para os consórcios, para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverá ser comprovado o valor descrito no subitem 8.10.2.2, com acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido ao licitante individual, perfazendo assim o valor a ser comprovado de 20% (vinte por cento).

8.10.2.2.2 - O acréscimo previsto no subitem anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, assim definida em lei.

8.10.2.3 - O exercício social torna-se exigível:

I. Após o último dia do mês de MAIO do ano subsequente, para as Licitantes que utilizam a contabilidade digital através do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED;

II. Após o último dia do mês de ABRIL do ano subsequente, para as demais licitantes.

8.10.2.4 - Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura, e no caso de ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial do último exercício social.

8.10.2.5. Os índices serão apurados sobre dados do balanço do último exercício social, e as demais informações do balanço do exercício imediatamente anterior, serão tratados apenas como informações adicionais e comparativas.

8.10.2.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, poderão ser apresentados de forma cumulativa, quando a informação do último exercício, constar os dois períodos.

8.10.3. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

8.10.3.1. As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;

8.10.3.2. O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

8.11. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.11.1 - O licitante deverá apresentar na etapa de habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

8.11.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

8.11.3 - O prazo acima poderá, a critério do Agente de Contratação/ Pregoeiro, ser prorrogado por igual período;

8.11.4 - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.12 - COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.12.1 - O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL.

8.12.2 - Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).

8.12.3 - O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

SEÇÃO IX – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Não haverá Ata de Registro de Preço, pois a presente licitação não será realizada pelo Sistema de Registro de Preços - SRP.

SEÇÃO X – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na

licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

SEÇÃO XI – DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XII – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei 14.133/21, a Contratada que:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA, de acordo com o art. 156 da Lei 14.133/21, as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa**:

(1) moratória de **2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez) dias**;

(2) compensatória, a ser fixada em razão do descumprimento total ou parcial do contrato, observado o limite de até 10% (dez por cento) do valor do contrato ou da parcela inadimplida.

iii) **impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, com o correspondente registro da penalidade nos sistemas oficiais de cadastro de fornecedores, inclusive no SICAF, para fins de publicidade e controle.

iv) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo mínimo legal, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii” e “iv” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei 14.133/21, as empresas ou profissionais que:

12.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Estado, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Estado e cobrados judicialmente.

12.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o órgão ou entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

SEÇÃO XIII – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do email: cpl@tceac.tc.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

SEÇÃO XIV – DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para promover a adjudicação do objeto e homologar a licitação.

14.2. A proposta vencedora estará disponível no portal das licitações do TCE/AC após a homologação do pregão eletrônico.

14.3 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus anexos.

14.3.1 - O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo seja aceito pela Administração.

14.3.2 - A Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.3.3 - Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:

I. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

SEÇÃO XV – DO PAGAMENTO

15. Conforme item 12 do Termo de Referência, anexo I deste edital.

SEÇÃO XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e

Rio Branco–AC, 18 de junho de 2026.

Elaborado por:

Lucas Messias Viga
Chefe da Divisão de Execução e Apoio às Licitações e Contratos
Portaria nº 379/2025

Aprovado por:

Djailson Firmino de Moura
Secretário de Administração e Finanças-TCE/AC
Portaria nº 219/2025



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS MESSIAS VIGA**, **Analista Administrativo**, em 18/06/2026, às 12:56, conforme horário oficial de Rio Branco - Acre, com fundamento no art. 7º, da [IN TCEAC nº 024, de 9 de dezembro de 2021](#).



Documento assinado eletronicamente por **DJAILSON FIRMINO DE MOURA**, **Secretário de Administração e Finanças**, em 18/06/2026, às 13:15, conforme horário oficial de Rio Branco - Acre, com fundamento no art. 7º, da [IN TCEAC nº 024, de 9 de dezembro de 2021](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.tceac.tc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0605651** e o código CRC **691D4F84**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em implantação de programa de privacidade e proteção de dados com solução tecnológica de gestão inclusa, para atender ao Programa de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Contas do Estado do Acre, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência.

2. DA DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO

Lote único

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID. DE MEDIDA	QUANT. PARA CONTRATAÇÃO
1.	Serviços Técnicos Especializados em Privacidade e LGPD: Execução de suporte/consultoria, diagnóstico, mapeamento, elaboração de políticas e implementação do programa, em modelo híbrido (com no mínimo 3 visitas presenciais obrigatórias), incluindo a transferência de conhecimento e entrega definitiva dos artefatos à equipe do TCE/AC, conforme Termo de Referência.	Serviço	01
2.	Licenciamento de Solução Tecnológica (SaaS ou On-premise): Subscrição de plataforma de Gestão e Governança em Privacidade, incluindo suporte técnico, atualizações, implantação e capacitação dos operadores internos, por 12 (doze) meses.	unidade	01
Valor Estimado Total			

2.1. Para o item 2, registra-se que a licença e demais obrigações valerão por 12 (doze) meses, sendo paga de forma integral nos termos do item 13 deste Termo de Referência. Assim, para fins de proposta, deverá ser considerado o valor ANUAL para os itens 1 e 2.

3. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO E O QUANTITATIVO

3.1. A implantação do Programa de Privacidade e Proteção de Dados do TCE/AC é um compromisso institucional da gestão atual, consubstanciado no plano de gestão 2025/2026. O plano em referência manifesta como prioridade estratégica a implementação do programa de privacidade e LGPD totalmente operacional e compartilhado com o público interno e externo, constituindo um importante legado de governança, segurança e transparência para a instituição.

3.2. Portanto, para cumprir esse objetivo, o TCE/AC dispõe de um prazo operacional de menos de 8 (oito) meses para executar todas as etapas de implantação previstas na IN 32/2024 e a adequação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº [Lei nº 13.709/2018](#)) junto com o Programa de Privacidade, incluindo:

- a) elaboração do Inventário de Dados Pessoais (Art. 28) ;
- b) implementação do Canal do Titular (Art. 6º, VI);
- c) instituição dos fluxos formais de atendimento de direitos (Art. 24);
- d) mapeamento e análise de riscos das operações - RIPD (Art. 29);
- e) gestão dos consentimentos, bases legais e políticas (art. 15);
- f) gestão e registro de incidentes (Art. 35);
- g) governança documental e organizacional do CPDP;
- h) treinamentos e capacitação continuada (Art. 40);
- i) publicação e transparência ativa via Portal da Privacidade (Art. 23).

3.3. Diante dessas premissas, e, visualizando as experiências de outros órgãos, é percebido que nenhuma organização pública consegue cumprir esse conjunto de obrigações sem o apoio de uma plataforma tecnológica especializada que vislumbre todas as fases de implantação do programa de privacidade e proteção de dados, com a capacidade mínima de:

- a) integrar todos os requisitos da LGPD em um único ambiente;

- b) padronizar e automatizar procedimentos;
- c) fornecer trilhas de auditoria e relatórios;
- d) organizar registros obrigatórios;
- e) reduzir o esforço operacional do Comitê e do Encarregado;
- f) garantir segurança da informação e governança adequada.

3.5. Vale destacar que, sem o uso de uma solução tecnológica, o risco de descumprimento, retrabalho, inconsistências, falhas de registro e atrasos compromete não apenas o cumprimento da LGPD, mas também a própria entrega institucional planejada estrategicamente pela Presidência, o que corrobora com a perda de produtividade e celeridade das atividades de *compliance*.

3.6. Isto posto, em conformidade com a IN 32/2025 e a Portaria nº 360/2025, o Comitê de Proteção de Dados Pessoais possui responsabilidade para elaborar, manter e atualizar o IDP. E por consequente, o Encarregado pelo tratamento de dados atua como canal institucional com a ANPD, titulares e servidores, tendo a obrigatoriedade de receber reclamações, orientar, comunicar incidentes e promover boas práticas, sendo portanto, ambos responsáveis diretos pela entrega e acompanhamento do programa de conformidade.

3.7. Dito isto, a plataforma tecnológica torna-se essencial para o desempenho das funções de organizar reuniões (ata e deliberações da CPDP), registro centralizado das atividades, comunicação estruturada com titulares de dados, gestão de tarefas e prazos, monitoramento da evolução do cronograma da implantação, bem como, para a manutenção das trilhas de conformidade (*accountability*) do programa de privacidade e proteção de dados.

3.8. Desse modo, a contratação de serviços técnicos para implantar o Programa de Privacidade e LGPD do TCEAC, com solução tecnológica de gestão inclusa, deixa de ser opcional e se **torna instrumento indispensável** para a atuação regular do Comitê e do Encarregado, permitindo o cumprimento de forma eficiente e rastreável das obrigações legais.

3.9. Adicionalmente, destaca-se que o tratamento de dados pessoais no âmbito institucional ocorre tanto em documentos arquivísticos físicos quanto digitais, exigindo a adoção de medidas específicas e integradas para garantir a conformidade com a Lei nº [\(13.709/2018 \(LGPD\)\)](#).

3.10. Nesse contexto, a adequação à LGPD deve contemplar não apenas sistemas informatizados, mas também os acervos físicos, considerando todo o ciclo de vida dos documentos, desde a produção até a destinação final.

DO PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

3.11. Nos termos do art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deverá ser adotado sempre que se mostrar técnica e economicamente viável. Todavia, no presente caso, a estruturação da contratação em lote único revela-se a solução mais adequada, diante da natureza integrada e interdependente dos serviços técnicos especializados e da solução tecnológica de gestão de privacidade.

3.12. A adoção de fornecedores distintos para os serviços técnicos e para o licenciamento da solução tecnológica pode acarretar riscos relevantes à execução contratual, tais como: a) incompatibilidade técnica entre a metodologia de implantação e a ferramenta adotada; b) dificuldades de integração entre sistemas e retrabalho na migração ou adaptação de dados; c) fragmentação da responsabilidade pela entrega dos resultados, dificultando a fiscalização e a apuração de eventuais falhas; d) aumento do tempo de implantação e risco de descontinuidade das atividades; e) custos adicionais decorrentes da necessidade de customizações, integrações ou ajustes entre soluções de diferentes fornecedores.

3.13. Por outro lado, a contratação em lote único proporciona ganhos operacionais relevantes, tais como: a) maior eficiência e celeridade na execução do projeto, com alinhamento direto entre metodologia e ferramenta; b) simplificação da gestão contratual, com interlocução única e responsabilização integral do fornecedor; c) redução de riscos de incompatibilidade e falhas de integração; d) garantia de que a solução tecnológica será parametrizada e utilizada desde o início em

conformidade com as entregas do projeto; e) melhor aproveitamento da transferência de conhecimento, considerando que a capacitação ocorrerá diretamente na ferramenta efetivamente utilizada pela Administração.

3.14. Destaca-se, ainda, que o modelo de contratação integrada é prática consolidada no mercado para soluções de adequação à LGPD, nas quais a implantação do programa e o uso da plataforma tecnológica são ofertados de forma conjunta, justamente em razão da forte dependência entre esses elementos.

3.15. Assim, conclui-se que a contratação em lote único assegura maior eficiência, economicidade e segurança na execução contratual.

3.16. NATUREZA DE SERVIÇO

3.16.1. O item nº 1 contempla, de um lado, atividades com escopo previamente delimitado e prazo definido — especialmente relacionadas à fase de implantação do Programa de Privacidade e Proteção de Dados — tais como diagnóstico situacional, mapeamento de processos, elaboração de artefatos, adequação normativa, capacitação e transferência de conhecimento.

3.16.2. O item nº 2 possui natureza de serviço continuado, essenciais à sustentação e evolução do programa institucional. Essa caracterização da contratação como serviço continuado decorre, predominantemente, da necessidade permanente de utilização e manutenção da solução tecnológica de gestão de privacidade, fornecida em modelo de subscrição (SaaS ou equivalente), a qual constitui ferramenta operacional indispensável para o funcionamento diário do Programa de Privacidade e Proteção de Dados do TCE/AC.

3.16.3. Nesse contexto, a continuidade do serviço está diretamente associada à necessidade de: a) manutenção da plataforma tecnológica em ambiente produtivo, com disponibilidade contínua; b) suporte técnico especializado aos usuários e administradores da solução; c) atualizações evolutivas e corretivas da ferramenta, em conformidade com alterações normativas, regulatórias e tecnológicas; d) preservação das informações, registros e trilhas de auditoria essenciais à accountability e à governança de dados pessoais; e) execução das rotinas permanentes de governança em privacidade e proteção de dados, incluindo gestão de incidentes, atendimento aos titulares, monitoramento de riscos, controle de conformidade e atualização contínua do inventário de dados pessoais.

3.16.4. Dessa forma, a natureza continuada do item 2 decorre da necessidade permanente de sustentação da solução tecnológica e da execução das atividades estruturantes de governança de dados, as quais se projetam no tempo e se mostram essenciais ao funcionamento regular, eficiente do TCE/AC.

4. DETALHAMENTO DO OBJETO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Para cumprimento do conjunto de obrigações legais da LGPD, faz-se necessário o apoio de uma plataforma tecnológica especializada que vislumbre todas as fases de implantação do programa de privacidade e proteção de dados, com a capacidade mínima de: integrar todos os requisitos da LGPD em um único ambiente; padronizar e automatizar procedimentos; fornecer trilhas de auditoria e relatórios; organizar registros obrigatórios; reduzir o esforço operacional do Comitê e do Encarregado; garantir segurança da informação e governança adequada.

4.2. A solução definida para a presente contratação enquadra-se como serviço comum, uma vez que seus requisitos técnicos, funcionais e de desempenho estão devidamente especificados de forma objetiva e padronizada no Termo de Referência, permitindo a ampla competição entre fornecedores do mercado.

4.3. Embora envolva componentes técnicos relevantes, como a implantação do Programa de Privacidade e Proteção de Dados e o licenciamento de plataforma tecnológica, verificou-se que existem diversas soluções similares disponíveis, com características comparáveis e passíveis de julgamento objetivo, especialmente quanto ao atendimento dos requisitos mínimos exigidos.

4.4. Dessa forma, mostra-se adequada a adoção do pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de modalidade mais eficiente e alinhada ao princípio da competitividade, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, com base em critérios objetivos, como menor preço.

4.5. A implantação do Programa de Privacidade e Proteção de Dados do TCE/AC é um compromisso institucional que manifesta-se como prioridade estratégica, constituindo um importante legado para a governança, segurança e transparência.

4.6. A empresa contratada deverá realizar, inicialmente, um diagnóstico da atual infraestrutura de Tecnologia da Informação, abrangendo servidores, colaboradores, redes, estações de trabalho, softwares utilizados, políticas de segurança e conformidade com a LGPD. Esse diagnóstico servirá como base para a elaboração de um plano estratégico personalizado que contemple os treinamentos e o cronograma dos trabalhos.

4.7. Os treinamentos e workshops deverão:

4.7.1. Considerar o quantitativo estimado do público interno do TCE/AC (elencado no item 4.8.5, deste termo);

4.7.2. Considerar a possibilidade do público externo, a depender da Administração (elencado no item 4.8.5, deste termo);

4.7.3. Ser realizados em formato presencial ou remoto, conforme definido no planejamento da contratada e aprovado pelo Comitê de Proteção de Dados Pessoais e pelo Encarregado de Dados/DPO;

4.7.4. Observar o cronograma de execução a ser elaborado pela contratada e aprovado pelo Comitê de Proteção de Dados Pessoais e pelo Encarregado de Dados/DPO;

4.8. O Cronograma deverá:

4.8.1. Ser elaborado pela contratada, contemplando as 4 fases:

- a) Fase de Diagnóstico e Conscientização;
- b) Fase de Mapeamento e Riscos;
- c) Fase de Adequação Jurídica e Conformidade, e,
- d) Fase de Governança e Transferência de Conhecimento.

4.8.2. Ser compatível com o prazo total de execução dos serviços;

4.8.3. Permitir o acompanhamento e a validação contínua pelo Comitê de Proteção de Dados e pelo Encarregado (DPO);

4.8.4. Ser passível de ajustes, mediante justificativa e aprovação da Administração, sem prejuízo da execução contratual.

4.8.5. Informações Adicionais:

4.8.5.1. Público Interno: aproximadamente 400 servidores e colaboradores;

4.8.5.2. Estrutura Organizacional: aproximadamente 80 setores;

4.8.5.3. Parque Tecnológico: aproximadamente 600 dispositivos;

4.8.5.4. Público Externo (Fluxo de Dados): Interação (fiscalização) contínua com entes jurisdicionados (órgãos e entidades municipais e estaduais).

4.9. **Síntese das Atividades e Entregas (Item 01)**

4.9.1. A empresa vencedora do certame deverá realizar as seguintes atividades:

- Reuniões com o Comitê LGPD, Encarregado de Dados DPO e profissionais que realizam gestão de dados;
- Workshop e mecanismos de EAD sobre a conscientização LGPD para servidores e

colaboradores;

- Análise e diagnóstico situacional da instituição em relação ao programa de Privacidade e LGPD (conformidade);
- Elaborar o Plano de Ação para conformidade da LGPD;
- Mapeamento do fluxo de dados;
- Inventário de ambientes tecnológicos;
- Inventário dos dados pessoais;
- Inventário de medidas de segurança e proteção de dados;
- Realização de varredura no ambiente tecnológico/teste de penetração;
- Identificação das finalidades para processamento dos dados pessoais;
- Identificação de evidências para embasamento legal;
- Definição da base legal para o processamento dos dados pessoais;
- Revisão de contratos, termos de consentimento e outros documentos necessários, conforme a base legal da LGPD;
- Análise do processo de fornecimento de informações ao indivíduo;
- Análise dos instrumentos de informação ao indivíduo;
- Avaliação da motivação e necessidades do compartilhamento dos dados;
- Avaliação dos instrumentos de compartilhamento entre as partes;
- Avaliar o processo de segurança do compartilhamento de dados.
- Avaliação e mapeamento de processos de retenção e descarte de dados pessoais;
- Elaboração do plano de riscos à proteção de dados pessoais, com ações de eliminação e mitigação dos riscos levantados;
- Desenho e implantação de processo de gestão e governança de proteção de dados pessoais;
- Estruturação da política de proteção de dados pessoais;
- Estruturação da política de privacidade dos indivíduos;
- Estruturação dos contratos que tratam de proteção de dados pessoais;
- Estruturação do plano de registro, comunicação e contingência de violação de dados pessoais;
- Elaboração de Relatório de Impacto de Proteção de Dados;
- Estruturação do processo de privacidade por design nas metodologias de desenvolvimento de sistemas e nos procedimentos de criação e gestão de ambientes;
- Avaliação e definição das estratégias de atuação do setor de proteção de dados;
- Avaliação e estruturação dos processos de negócio do setor de proteção de dados;
- Avaliação e definição da estrutura organizacional do setor de proteção de dados;
- Definição de ferramentas tecnológicas de apoio ao setor de proteção de dados;
- Outras atividades correlatas;

4.9.2. A execução dos serviços técnicos deverá ser iniciada em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço (OS), com prazo de execução estipulado em até 07 (sete) meses.

4.9.3. A prestação dos serviços ocorrerá em modelo híbrido, sendo exigidas, no mínimo, 03 (três) visitas presenciais obrigatórias nas dependências do TCEAC, preferencialmente vinculadas aos

marcos de entrega dos eixos/fases do projeto, ficando os custos dessas visitas integralmente a cargo da empresa vencedora.

4.9.4. O escopo da contratação será executado de forma progressiva, dividido nos seguintes eixos/fases de atuação:

4.9.4.1. **Fase de Diagnóstico e Conscientização:** Execução de diagnóstico situacional e realização de workshops/treinamentos para nivelamento da equipe do TCE/AC e demais servidores.

4.9.4.2. **Fase de Mapeamento e Riscos:** Levantamento e entrega do Inventário de Dados Pessoais (IDP/RoPA) e do Relatório de Impacto (AIPD/RIPD), construídos com acompanhamento dos gestores de dados do Tribunal.

4.9.4.3. **Fase de Adequação Jurídica e Conformidade:** Elaboração e entrega de minutas de revisão de contratos, termos de consentimento e normativos internos, para validação e aprovação final pelo TCE/AC.

4.9.4.4. **Fase de Governança e Transferência de Conhecimento:** Estruturação das rotinas do Comitê, entrega de manuais de resposta a incidentes e repasse técnico integral das metodologias aplicadas para que a equipe interna do TCE/AC assuma a operação autônoma do programa.

4.9.5. Para a garantia da qualidade técnica, a contratada deverá comprovar a posse das certificações reconhecidas pelo mercado em Privacidade e Proteção de Dados (a exemplo de EXIN DPO, IAPP-CIPM, CDPO, ISO/IEC 27001, ISO/IEC 27701 ou equivalentes).

4.9.6. O acompanhamento e a fiscalização da execução ocorrerão mediante validação contínua das fases e produtos junto ao Comitê de Proteção de Dados e ao Encarregado (DPO) do TCE/AC, observando-se os ritos formais de recebimento provisório e definitivo para fins de ateste e pagamento.

4.10. **Sínteses da Subscrição de Solução Tecnológica (Item 2):**

4.10.1. A licença da ferramenta será disponibilizada na modalidade Software como Serviço (SaaS Software as a Service), com servidores no Brasil.

4.10.2. A licença da ferramenta deve ser disponibilizada em regime 24x7x365, e, a interrupção dos serviços estará sujeita a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

4.10.3. A plataforma deverá ser fornecida pelo período de 12 meses, servindo como ferramenta de trabalho diário para a equipe do TCE/AC, contemplando:

a) **Mapeamento e Governança:** Gestão do Inventário de Dados (IDP/RoPA), automação de AIPD/RIPD, e registro de não conformidades;

b) **Atendimento e Transparência:** Portal da Privacidade, Gestão de Cookies e Canal de Requisição do Titular (DSAR) com logs e trilha de auditoria;

c) **Gestão de Riscos e Segurança:** Gestão de incidentes de segurança (padrão ANPD) e plataforma de simulação de Phishing;

d) **Gestão Administrativa:** Módulo para gestão do Comitê (atas e pautas), repositório de documentos, treinamentos e assistente de Inteligência Artificial;

e) **Requisitos Técnicos:** Ambiente seguro com controle de acesso por perfil, garantindo que o TCE/AC tenha controle total e exclusivo sobre os dados inseridos na plataforma.

4.11. A solução Tecnológica deve abranger (no mínimo):

- Mapeamento de Dados (Inventário / RoPA / IDP);
- AIPD / RIPD (Avaliação de Impacto à Proteção de Dados);
- Portal da Privacidade;
- Gestão de Cookies;
- Canais de Requisição do Titular (DSAR) com trilha de auditoria;

- Gestão de Incidentes de Segurança conforme ANPD;
- Diagnóstico Situacional (LGPD / Privacidade);
- Diagnóstico de Terceiros (Avaliação);
- Diagnóstico de Setores (estrutura organizacional);
- Gestão de Projetos com Implementação por Etapas;
- Gestão de Documentos com Repositório e Políticas;
- Governança (regras, políticas, processos, controle de ciclo de dados);
- Gestão de Comitê (atas, pautas, agendas e deliberações);
- Treinamento/Cursos e Capacitação;
- Plataforma de Phishing;
- Modulagem BPMN;
- Registro de Não Conformidades;
- Data Discovery;
- Ouvidoria;
- Gestão de Consentimento e Políticas;
- Assistente de Inteligência Artificial;
- Adicionais da Solução Tecnológica: Ambiente seguro (SaaS ou on-premises) com autenticação robusta; Controle de acesso por perfil; Logs e trilhas de auditoria; Conformidade com LGPD e boas práticas de segurança; Capacidade de evolução e customização; Relatórios técnicos e gerenciais com trilhas de auditorias).
- Adicionalmente, a solução deverá contemplar a Gestão Integrada de Documentos, incluindo: Classificação da informação quanto à presença de dados pessoais e sensíveis; Gestão do ciclo de vida documental (produção, tramitação, uso, arquivamento e destinação final); integração/exportação/importação entre sistemas de gestão documental e governança de dados pessoais; Garantia de autenticidade, integridade, confiabilidade e acessibilidade dos documentos.

4.12. Do Suporte Técnico e Acordo Nível de Serviço (ANS)

4.12.1. A solução deverá dispor de estrutura de suporte técnico que assegure o atendimento eficiente às demandas da Administração, devendo disponibilizar canal oficial de suporte para atendimento durante o horário regular de funcionamento do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC), além de canal emergencial específico para o tratamento de incidentes críticos fora do horário de expediente.

4.12.2. O suporte deverá contemplar atendimento por e-mail, telefone e solução digital (sistema de abertura e acompanhamento de chamados), com registro formal e rastreável com número de protocolo de todas as interações.

4.12.3. A CONTRATADA deverá assegurar a disponibilidade de mecanismo para registro de chamados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo feriados (24x7x365).

4.12.4. Para fins de atendimento, os chamados deverão ser classificados conforme o nível de criticidade, de acordo com o impacto na operação, observando-se os seguintes parâmetros:

I - Alto: incidentes que causem indisponibilidade total da solução ou comprometam funcionalidades essenciais, sem alternativa de contorno;

II - Médio: incidentes que afetem parcialmente o funcionamento da solução, com impacto relevante, porém, com possibilidade de utilização parcial ou existência de solução alternativa;

III - Baixo: solicitações de suporte, dúvidas, ajustes ou incidentes de baixo impacto, que não comprometam de forma significativa a utilização da solução.

4.12.5. Para fins deste instrumento, considera-se:

- a) Tempo de resposta: prazo máximo de até 2 (duas) horas para os níveis baixo e médio; e de até 1 (uma) hora para o nível alto, contado a partir da abertura do chamado, para o primeiro atendimento e início do tratamento da ocorrência;
- b) Tempo de solução: prazo máximo de até 6 (seis) horas para os níveis baixo e médio; e de até 3 (três) horas para o nível alto, contado a partir da abertura do chamado, para a resolução do problema.

4.12.6. O descumprimento dos níveis de serviço estabelecidos poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Qualificação Técnico-Operacional

5.1.1. A empresa licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para execução do objeto licitado ou de item similar/pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente ou Associações, quando for o caso.

5.1.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente e compatíveis com o objeto relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Programa de Privacidade.

5.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

5.2. Qualificação Técnico-Profissional

5.2.1. Comprovar que possui em seu quadro técnico as certificações reconhecidas pelo mercado em Privacidade e Proteção de Dados, tais como EXIN DPO, IAPP-CIPM, CDPO, ISO/IEC 27001, ISO/IEC 27701, ou equivalentes, demonstrando capacitação para atuar em projetos de conformidade com a LGPD.

6. DA MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. Será utilizada a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO do tipo **Menor Preço por Lote**.

6.2. No julgamento das propostas o Pregoeiro observará os termos do Edital e seus anexos.

6.3. Para a presente licitação, opta-se pelo orçamento estimado sigiloso, conforme o disposto no Art. 24, da Lei 14.133/2021, a fim de propiciar melhor negociação e obtenção de valores mais vantajosos a essa Administração.

7. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Poderá haver prorrogação contratual, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, em conformidade com o disposto no art. 107, da Lei n. 14.133/2021

7.3. A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

7.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

7.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

8. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A execução dos serviços técnicos especializados será iniciada em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE, com prazo de execução estipulado em até 07 (sete) meses.
- 8.2. A disponibilização da licença deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos, após a emissão da Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE
- 8.3. A prestação dos serviços ocorrerá em modelo híbrido, sendo exigidas, no mínimo, 03 (três) visitas presenciais obrigatórias nas dependências do Tribunal de Contas do Estado do Acre (Av. Ceará, nº 2994, 7º BEC), respeitando o horário de expediente (segunda a sexta-feira, das 7h às 13h), no endereço citado.
- 8.4. A contratada deverá fornecer instruções claras e detalhadas para ativação das licenças, bem como suporte técnico 24x7x365 para eventuais dificuldades no processo.
- 8.5. O aceite do serviço somente se dará após a comprovação da entrega e o efetivo cumprimento de todas as exigências da presente especificação técnica.
- 8.6. O recebimento provisório do item 1 ocorrerá mediante a realização das fases elencadas no item 4.7.4, mediante termo detalhado pela unidade demandante.
- 8.7. O recebimento provisório do item 2 ocorrerá após a disponibilização da plataforma e o seu acesso pelos servidores, mediante termo detalhado pela unidade demandante.
- 8.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 8.9. O recebimento definitivo do item 1 ocorrerá após a conclusão integral das atividades, incluindo a validação de todos os artefatos produzidos, a implantação completa do Programa de Privacidade e Proteção de Dados e a efetiva transferência de conhecimento à equipe do TCE/AC.
- 8.10. O recebimento definitivo do item 2 será realizado após a comprovação do pleno funcionamento da solução em ambiente de produção contemplando a totalidade do Programa de Privacidade e LGPD, com utilização efetiva pela equipe do TCE/AC
- 8.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 8.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, caso não atendam às especificações estabelecidas neste Termo de Referência ou à proposta apresentada pela CONTRATADA. Nessa hipótese, a CONTRATADA deverá promover as correções necessárias, contado da notificação formal, sem qualquer ônus adicional para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. São obrigações da Contratante:
- 9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.2.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.2.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 9.2.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 9.2.5. Atestar as notas fiscais correspondentes, por intermédio do representante

designado para esse fim;

9.2.6. Permitir acesso aos funcionários da contratada, desde que devidamente identificados, aos locais onde será executada a entrega do objeto deste Termo de Referência, nos horários de expediente normal ou em outros horários constantes em acordos firmados entre as partes;

9.2.7. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela contratada quando necessários ao fornecimento do objeto;

9.2.8. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste Termo de Referência;

9.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Prestar o serviço no prazo, no local e nas condições estipuladas no Termo de Referência e seus anexos;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos pela Administração;

10.2. A contratada se responsabilizará por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributo, indenizações, vale transporte, vale refeição e outros benefícios exigidos. A inadimplência da contratada para com estes encargos, não transfere a contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem por onerar o objeto do contrato;

10.3. A contratada será a única responsável por danos e prejuízos de qualquer natureza, causada à contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência;

10.4. A contratada será responsável pela observância de toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto deste Termo de Referência;

10.5. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do contratante; e

10.6. Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste termo.

12. DO CONTROLE, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. A gestão do contrato será efetuada por servidor da Diretoria de Desenvolvimento e Inovação Institucional do TCE/AC.

12.2. A execução, acompanhamento e fiscalização serão de responsabilidade de servidor da Divisão de Segurança da Informação - DISI da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TCE/AC, o qual será nomeado “*fiscal do contrato*”, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/21, tendo como atribuições mínimas:

12.2.1. Acompanhar a execução físico-financeira do contrato;

12.2.2. Atestar os documentos da despesa quando comprovada a fiel e correta execução do objeto para fins de pagamento, bem como apresentação de relatório de acompanhamento e execução em conformidade com o objeto que será contratado;

12.2.3. Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;

12.2.4. Requerer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao setor competente, as prorrogações e aditivos, se necessário e devidamente justificado;

12.2.5. Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;

12.2.6. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do termo de referência;

12.2.7. Recusar produto irregular, diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos;

12.2.8. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.2.9. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade e dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/21;

12.2.10. A verificação da adequação do produto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e seus Anexos;

12.2.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento do item 1 será efetuado de forma **parcelada**, vinculado ao cumprimento das fases do projeto e à respectiva aprovação dos entregáveis pela Administração, conforme cronograma aprovado. Os pagamentos observarão a seguinte distribuição:

- 13.1.1. 25% (vinte e cinco por cento) após a conclusão e aprovação da Fase de Diagnóstico e Conscientização;
- 13.1.2. 25% (vinte e cinco por cento) após a conclusão e aprovação da Fase de Mapeamento e Riscos;
- 13.1.3. 25% (vinte e cinco por cento) após a conclusão e aprovação da Fase de Adequação Jurídica e Conformidade;
- 13.1.4. 25% (vinte e cinco por cento) após a conclusão e aprovação da Fase de Governança e Transferência de Conhecimento.
- 13.2. O pagamento do item 2 será realizado de forma **integral**.
- 13.3. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 13.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 13.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/21.
- 13.6. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 13.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 13.10. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 13.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 13.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 13.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 13.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.16. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições

abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

14.1. Em conformidade com o artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, durante a vigência do contrato, nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do **caput** do art. 124 da referida Lei, a contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.

15. DO REAJUSTE

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, o qual terá como base a data de inserção do Mapa de Preços no SEI, em 01/05/2026.

15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei 14.133/21, a Contratada que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA, de acordo com o art. 156 da Lei 14.133/21, as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - Multa:

a) **moratória**, aplicada em razão do atraso injustificado na execução do objeto, no percentual de até 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10 (dez) dias;

b) **compensatória**, a ser fixada em razão do descumprimento total ou parcial do contrato, observado o limite de até 10% (dez por cento) do valor do contrato ou da parcela inadimplida.

III - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, com o correspondente registro da penalidade nos sistemas oficiais de cadastro de fornecedores, inclusive no SICAF, para fins de publicidade e controle;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo mínimo legal, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021";

16.3. As sanções previstas nos subitens "i", "iii" e "iv" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei 14.133/21, as empresas ou profissionais que:

16.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Estado, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Estado e cobrados judicialmente.

16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta

do licitante, o órgão ou entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. **Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo licitante/fornecedor serão**, conforme disciplinado no edital.

17.4. O critério de julgamento da proposta é o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

17.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesas desta aquisição poderão ocorrer por conta do orçamento do Programa de Trabalho conforme descritos no quadro a seguir:

PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
01.032.1473.1361- Modernização e Fortalecimento do Controle Externo e Social	33 90 39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.500.0100 - Recursos
	33 90 40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	Próprios

19. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA PARTICIPAÇÃO

19.1. Para a referida aquisição, pretende-se realizar processo Licitatório com fundamento legal na Lei nº 14.133/21, e, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos.

19.2. Fundamentam legalmente a presente contratação também a [Lei nº 13.709/2018](#) - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e a [Instrução Normativa nº 32/2024](#) - Regulamenta no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Acre, a aplicação da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e dá outras providências.

19.3. Poderá participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, pessoa jurídica, regularmente habilitada, cujos ramos de atividades guardem pertinência e compatibilidade em características com o objeto deste certame, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação,

constante do edital e seus anexos, no ato da abertura da sessão;

19.4. Em cumprimento a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, e alterações posteriores, e em atenção aos valores estimados, **NÃO HÁ PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA** para as microempresas e empresas de pequeno porte.

20. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

20.1. No valor global da proposta apresentada deverão estar incluídos IMPOSTOS, FRETES, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS, pertinentes à entrega do objeto. Caso o produto necessitar de troca, as despesas também ficam a cargo da empresa vencedora;

20.2. Todos os prazos estabelecidos no âmbito desta contratação deverão ser rigorosamente observados pela contratada, em conformidade com aqueles definidos neste Termo de Referência e seus anexos.

20.3. A empresa registrada no ato do pagamento deverá comprovar sua regularidade fiscal;

20.4. Todos os itens deverão ser de primeira linha, original, indicando a marca, modelo e referência, devendo ser apresentado folders do fabricante ou impressos de sítios da internet (se houver), dotado de especificação técnica detalhada dos materiais apresentados nas propostas de preços, que serão ratificados através de análise técnica pela equipe do órgão solicitante, sendo o processo suspenso para análise técnica (se houver necessidade);

20.5. A proposta de preços deverá ter validade de 60 (sessenta) dias;

20.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem tais exigências.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como: mão de obra, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais etc., correrão por conta da Contratada;

21.2. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

21.3. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

Rio Branco, 18 de junho de 2026.

Elaborado por:

Macson André Maia Sampaio
Analista Administrativo
Matrícula nº 851

Revisado por:

Fabiolla da Silva Brandão Vieira
Auditora de Controle Externo

Francisco Raildo Cardoso Leitao
Encarregado de Dados (DPO)
Portaria nº 359/2025

Aprovado por:

Luiz Gustavo Maia Guilherme
Presidente do Comitê LGPD
Portaria nº 360/2025

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA

Ao

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Prezados senhores,

A pessoa jurídica, -----(RAZÃO SOCIAL) _____ (CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL) com sede na Rua -----
----- (ENDEREÇO COMERCIAL; TELEFONE/E_MAIL) , dados bancários ----- (Nº
DO BANCO, AGÊNCIA E N.º DA CONTA), representada neste ato por ----- (NOME
COMPLETO DO REPRESENTANTE, CARGO, CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF).

Apresentamos a seguir proposta referente à licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026**,
PROCESSO TCE/AC Nº **999999.005887/2025-71**.

ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS

LOTEÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	Serviços Técnicos Especializados em Privacidade e LGPD: Execução de suporte/consultoria, diagnóstico, mapeamento, elaboração de políticas e implementação do programa, em modelo híbrido (com no mínimo 3 visitas presenciais obrigatórias), incluindo a transferência de conhecimento e entrega definitiva dos artefatos à equipe do TCE/AC, conforme Termo de Referência	SERVIÇO	01	R\$ _____	R\$ _____

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
2	Licenciamento de Solução Tecnológica (SaaS ou On-premise): Subscrição de plataforma de Gestão e Governança em Privacidade, incluindo suporte técnico, atualizações, implantação e capacitação dos operadores internos, por 12 (doze) meses.	UNIDADE	01	R\$ _____	R\$ _____
TOTAL GERAL					R\$ _____

- A PROPOSTA TERÁ VALIDADE DE NO MÍNIMO **60(sessenta)** DIAS A PARTIR DA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.

Declaramos que os preços propostos contemplam todos os tributos, impostos, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, bem como despesas com transporte, frete de peças até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto da presente licitação.

Declara ainda conhecer todos os termos do instrumento convocatório que rege a supracitada licitação.

LOCAL E DATA:

ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO TCE/AC N° ____/____.

PROCESSO TCE/AC N° 999999.005887/2025-71.

CONTRATO TCE/AC N° ____/____ CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO _____, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE E A EMPRESA _____.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE**, com sede na Av. Ceará, nº 2994, em Rio Branco, inscrito no CNPJ sob o nº 04.035.135/0001-43, neste ato representado por seu Presidente, Conselheiro _____, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa _____ pessoa jurídica, com sede na _____, CEP: _____, Rio Branco-AC, CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____, representado neste ato pelo Sr. _____, portador do CPF nº _____ e RG nº _____, nesta capital doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo TCE/AC nº **999999.005887/2025-71**. e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril

de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXX/202X, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada em implantação de programa de privacidade e proteção de dados com solução tecnológica de gestão inclusa, para atender ao Programa de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Contas do Estado do Acre

1.2 Para formalização do Termo Contratual os licitante(s) vencedor(es) deverão fazer seu cadastro no Sistema SEI do Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE/AC, através do endereço eletrônico <http://portalsei.tceac.tc.br>. Qualquer dúvida pode ser dirimida através do email cpl@tceac.tc.br e dos telefones (68) 3025 - 2071/2069.

1.3. Detalhamento do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO.	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Edital da Licitação e seus anexos;
- 1.4.3. A Proposta do contratado;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. Em caso de contratação o prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, até o limite máximo decenal, com vistas à obtenção de preços que assegurem a vantagem econômica decorrente da contratação plurianual e condições mais favoráveis para a Administração, mediante celebração de Termos Aditivos.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. Conforme item 8 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste termo.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Conforme item 13 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Conforme item 9 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Conforme item 10 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei 14.133/21, a Contratada que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA, de acordo com o art. 156 da Lei 14.133/21, as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa**:

(1) moratória de **2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez) dias**;

(2) compensatória, a ser fixada em razão do descumprimento total ou parcial do contrato, observado o limite de até 10% (dez por cento) do valor do contrato ou da parcela inadimplida.

iii) **impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, com o correspondente registro da penalidade nos sistemas oficiais de cadastro de fornecedores, inclusive no SICAF, para fins de publicidade e controle.

iv) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo mínimo legal, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii” e “iv” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei 14.133/21, as empresas ou profissionais que:

10.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o órgão ou

entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas desta aquisição poderão ocorrer por conta do orçamento do Programa de Trabalho conforme descritos no quadro a seguir:

PROGRAMA	DE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
TRABALHO			
01.032.1473.1361-		33 90 39.00 - Outros Serviços	
Modernização e		de Terceiros Pessoa Jurídica	
Fortalecimento do Controle		33 90 40.00 - Serviços de	1.500.0100 - Recursos
Externo e Social		Tecnologia da Informação e	Próprios
		Comunicação - Pessoa Jurídica	

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DO USO DA LICENÇA

13.1. Para cumprimento do conjunto de obrigações legais da LGPD, faz-se necessário o apoio de uma plataforma tecnológica especializada que vislumbre todas as fases de implantação do programa de privacidade e proteção de dados, com a capacidade mínima de: integrar todos os requisitos da LGPD em um único ambiente; padronizar e automatizar procedimentos; fornecer trilhas de auditoria e relatórios; organizar registros obrigatórios; reduzir o esforço operacional do Comitê e do Encarregado; garantir segurança da informação e governança adequada.

13.2. A empresa contratada deverá realizar, inicialmente, um diagnóstico da atual infraestrutura de Tecnologia da Informação, abrangendo servidores, colaboradores, redes, estações de trabalho, softwares utilizados, políticas de segurança e conformidade com a LGPD. Esse diagnóstico servirá como base para a elaboração de um plano estratégico personalizado que contemple os treinamentos e o cronograma dos trabalhos.

13.3. Os treinamentos e workshops deverão:

13.3.1. Considerar o quantitativo estimado do público interno do TCE/AC (elencado no item 4.8.5, do Termo de Referência);

13.3.2. Considerar a possibilidade do público externo, a depender da Administração (elencado no item 4.8.5, do Termo de Referência);

13.3.4. Ser realizados em formato presencial ou remoto, conforme definido no planejamento da contratada e aprovado pelo Comitê de Proteção de Dados Pessoais e pelo Encarregado de Dados/DPO;

13.3.5. Observar o cronograma de execução a ser elaborado pela contratada e aprovado pelo Comitê de Proteção de Dados Pessoais e pelo Encarregado de Dados/DPO;

13.4. O Cronograma deverá:

13.4.1. Ser elaborado pela contratada, contemplando as 4 fases:

- a) Fase de Diagnóstico e Conscientização;
- c) Fase de Mapeamento e Riscos;
- e) Fase de Adequação Jurídica e Conformidade, e,
- g) Fase de Governança e Transferência de Conhecimento.

13.4.2. Ser compatível com o prazo total de execução dos serviços;

13.4.3. Permitir o acompanhamento e a validação contínua pelo Comitê de Proteção de Dados e pelo Encarregado (DPO);

13.4.4. Ser passível de ajustes, mediante justificativa e aprovação da Administração, sem prejuízo da execução contratual.

13.4.5. Informações Adicionais:

13.4.5.1. Público Interno: aproximadamente 400 servidores e colaboradores;

13.4.5.2. Estrutura Organizacional: aproximadamente 80 setores;

13.4.5.3. Parque Tecnológico: aproximadamente 600 dispositivos;

13.4.5.4. Público Externo (Fluxo de Dados): Interação (fiscalização) contínua com entes jurisdicionados (órgãos e entidades municipais e estaduais).

13.5. Síntese das Atividades e Entregas (Item 01)

13.5.1. A empresa vencedora do certame deverá realizar as seguintes atividades:

- Reuniões com o Comitê LGPD, Encarregado de Dados DPO e profissionais que realizam gestão de dados;
- Workshop e mecanismos de EAD sobre a conscientização LGPD para servidores e colaboradores;
- Análise e diagnóstico situacional da instituição em relação ao programa de Privacidade e LGPD (conformidade);
- Elaborar o Plano de Ação para conformidade da LGPD;
- Mapeamento do fluxo de dados;
- Inventário de ambientes tecnológicos;
- Inventário dos dados pessoais;

- Inventário de medidas de segurança e proteção de dados;
- Realização de varredura no ambiente tecnológico/teste de penetração;
- Identificação das finalidades para processamento dos dados pessoais;
- Identificação de evidências para embasamento legal;
- Definição da base legal para o processamento dos dados pessoais;
- Revisão de contratos, termos de consentimento e outros documentos necessários, conforme a base legal da LGPD;
- Análise do processo de fornecimento de informações ao indivíduo;
- Análise dos instrumentos de informação ao indivíduo;
- Avaliação da motivação e necessidades do compartilhamento dos dados;
- Avaliação dos instrumentos de compartilhamento entre as partes;
- Avaliar o processo de segurança do compartilhamento de dados.
- Avaliação e mapeamento de processos de retenção e descarte de dados pessoais;
- Elaboração do plano de riscos à proteção de dados pessoais, com ações de eliminação e mitigação dos riscos levantados;
- Desenho e implantação de processo de gestão e governança de proteção de dados pessoais;
- Estruturação da política de proteção de dados pessoais;
- Estruturação da política de privacidade dos indivíduos;
- Estruturação dos contratos que tratam de proteção de dados pessoais;
- Estruturação do plano de registro, comunicação e contingência de violação de dados pessoais;
- Elaboração de Relatório de Impacto de Proteção de Dados;
- Estruturação do processo de privacidade por design nas metodologias de desenvolvimento de sistemas e nos procedimentos de criação e gestão de ambientes;
- Avaliação e definição das estratégias de atuação do setor de proteção de dados;
- Avaliação e estruturação dos processos de negócio do setor de proteção de dados;
- Avaliação e definição da estrutura organizacional do setor de proteção de dados;
- Definição de ferramentas tecnológicas de apoio ao setor de proteção de dados;
- Outras atividades correlatas;

13.5.2. A execução dos serviços técnicos deverá ser iniciada em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço (OS), com prazo de execução estipulado em até 07 (sete) meses.

13.5.3. A prestação dos serviços ocorrerá em modelo híbrido, sendo exigidas, no mínimo, 03 (três) visitas presenciais obrigatórias nas dependências do TCEAC, preferencialmente vinculadas aos marcos de entrega dos eixos/fases do projeto, ficando os custos dessas visitas integralmente a cargo da empresa vencedora.

13.5.4. O escopo da contratação será executado de forma progressiva, dividido nos seguintes eixos/fases de atuação:

13.5.4.1. Fase de Diagnóstico e Conscientização: Execução de diagnóstico situacional e realização de workshops/treinamentos para nivelamento da equipe do TCE/AC e demais servidores.

13.5.4.2. Fase de Mapeamento e Riscos: Levantamento e entrega do Inventário de Dados Pessoais (IDP/RoPA) e do Relatório de Impacto (AIPD/RIPD), construídos com acompanhamento dos gestores de dados do Tribunal.

13.5.4.3. Fase de Adequação Jurídica e Conformidade: Elaboração e entrega de minutas de revisão de contratos, termos de consentimento e normativos internos, para validação e aprovação final pelo TCE/AC.

13.5.4.4. Fase de Governança e Transferência de Conhecimento: Estruturação das rotinas do Comitê, entrega de manuais de resposta a incidentes e repasse técnico integral das metodologias aplicadas para que a

equipe interna do TCE/AC assuma a operação autônoma do programa.

13.6. O acompanhamento e a fiscalização da execução ocorrerão mediante validação contínua das fases e produtos junto ao Comitê de Proteção de Dados e ao Encarregado (DPO) do TCE/AC, observando-se os ritos formais de recebimento provisório e definitivo para fins de ateste e pagamento.

13.7. Sínteses da Subscrição de Solução Tecnológica (Item 2):

13.7.1. A licença da ferramenta será disponibilizada na modalidade Software como Serviço (SaaS Software as a Service), com servidores no Brasil.

13.7.2. A licença da ferramenta deve ser disponibilizada em regime 24x7x365, e, a interrupção dos serviços estará sujeita a aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

13.7.3. A plataforma deverá ser fornecida pelo período de 12 meses, servindo como ferramenta de trabalho diário para a equipe do TCE/AC, contemplando:

- a) Mapeamento e Governança:** Gestão do Inventário de Dados (IDP/RoPA), automação de AIPD/RIPD, e registro de não conformidades;
- b) Atendimento e Transparência:** Portal da Privacidade, Gestão de Cookies e Canal de Requisição do Titular (DSAR) com logs e trilha de auditoria;
- c) Gestão de Riscos e Segurança:** Gestão de incidentes de segurança (padrão ANPD) e plataforma de simulação de Phishing;
- d) Gestão Administrativa:** Módulo para gestão do Comitê (atas e pautas), repositório de documentos, treinamentos e assistente de Inteligência Artificial;
- e) Requisitos Técnicos:** Ambiente seguro com controle de acesso por perfil, garantindo que o TCE/AC tenha controle total e exclusivo sobre os dados inseridos na plataforma.

13.8. A solução Tecnológica deve abranger (no mínimo):

- Mapeamento de Dados (Inventário / RoPA / IDP);
- AIPD / RIPD (Avaliação de Impacto à Proteção de Dados);
- Portal da Privacidade;
- Gestão de Cookies;
- Canais de Requisição do Titular (DSAR) com trilha de auditoria;
- Gestão de Incidentes de Segurança conforme ANPD;
- Diagnóstico Situacional (LGPD / Privacidade);
- Diagnóstico de Terceiros (Avaliação);
- Diagnóstico de Setores (estrutura organizacional);
- Gestão de Projetos com Implementação por Etapas;
- Gestão de Documentos com Repositório e Políticas;
- Governança (regras, políticas, processos, controle de ciclo de dados);
- Gestão de Comitê (atas, pautas, agendas e deliberações);
- Treinamento/Cursos e Capacitação;
- Plataforma de Phishing;
- Modulagem BPMN;
- Registro de Não Conformidades;
- Data Discovery;
- Ouvidoria;
- Gestão de Consentimento e Políticas;
- Assistente de Inteligência Artificial;

- Adicionais da Solução Tecnológica: Ambiente seguro (SaaS ou on-premises) com autenticação robusta; Controle de acesso por perfil; Logs e trilhas de auditoria; Conformidade com LGPD e boas práticas de segurança; Capacidade de evolução e customização; Relatórios técnicos e gerenciais com trilhas de auditorias).
- Adicionalmente, a solução deverá contemplar a Gestão Integrada de Documentos, incluindo: Classificação da informação quanto à presença de dados pessoais e sensíveis; Gestão do ciclo de vida documental (produção, tramitação, uso, arquivamento e destinação final); integração/exportação/importação entre sistemas de gestão documental e governança de dados pessoais; Garantia de autenticidade, integridade, confiabilidade e acessibilidade dos documentos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CONTROLE, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

14.1. Conforme item 12 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE

15.1. Conforme item 15 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

16.1. Conforme item 20 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

17.1. Para a referida aquisição, pretende-se realizar processo Licitatório com fundamento legal na Lei nº 14.133/21, e, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos.

17.2. Fundamentam legalmente a presente contratação também a [Lei nº 13.709/2018](#) - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e a [Instrução Normativa nº 32/2024](#) - Regulamenta no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Acre, a aplicação da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e dá outras providências.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na *Internet*, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n. 14.133/2021.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)

20.1. Fica eleito o Foro de Rio Branco-AC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio Branco-AC, ____ de _____ de _____.

CONTRATANTE: _____

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Conselheiro Presidente

CONTRATADA: _____

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

A Empresa (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº (informar), com sede à (endereço) declara, perante a Secretaria Adjunta de Compras e Licitações do Estado do Acre, que:

1. Disporá até o ato da assinatura do contrato de toda a estrutura e recursos necessários para execução do objeto especificado no certame licitatório – Pregão Eletrônico tradicional Nº/.... em especial os seguintes:

1.1. Dos equipamentos necessários para execução do objeto; e

1.2. Mão de obra qualificada.

2. Dessa forma, encontra-se apta à perfeita execução das atividades especificadas contratualmente.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

(assinatura)

(nome do responsável)

(cargo)

Referência: Processo nº 999999.005887/2025-71

SEI nº 0605651